



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.180, DE 2023**

**(Do Sr. Eros Biondini)**

Acrescenta o inciso XI ao art. 5º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para incluir entre as finalidades das organizações da sociedade civil de interesse público a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-1753/2022.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**  
(Do Sr. EROS BIONDINI)

Acrescenta o inciso XI ao art. 5º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para incluir entre as finalidades das organizações da sociedade civil de interesse público a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o inciso XI ao art. 5º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para incluir entre as finalidades das organizações da sociedade civil de interesse público a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 5º .....

.....

XI – a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias firmadas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil (OSCs). Cuida-se de regime geral aplicável a todos os entes federativos. O objetivo é o de estabelecer regras para a desestatização da execução de certos serviços públicos por entidades privadas, que exercem uma função delegada do Poder Público, modernizando



a realização de atividades, de modo a ampliar e facilitar o seu acesso à população.

A lei estabelece critérios para o termo de colaboração (ou de fomento), para o chamamento público das entidades, para a contratação e prestação de contas, requisitos do estatuto social, bem como estabelece responsabilidade e sanções.

Convém, portanto, que a lei explicita a incidência da disciplina geral das parcerias voluntárias nas atividades realizadas pela rede de atendimento a criança e adolescente, assim como permitir que outras entidades que atuem na defesa de seus direitos possam celebrar essas parcerias com o Poder Público.

Conciliam-se, assim, a promoção prioritária dos interesses e direitos da criança e do adolescente, na esteira do que determina o artigo 227 da Constituição da República, com mecanismos de controle estatal e comunitário da prestação de atividades de interesse público por entes privados, especialmente no que diz respeito ao emprego das verbas a eles destinadas.

Diante da relevância da matéria, rogo aos ilustres pares o indispensável apoio para a aprovação do projeto que ora submeto à apreciação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2023.



EROS BIONDINI  
Dep. Federal  
PL/MG



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 13.019, DE 31  
DE JULHO DE 2014  
Art. 5º

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014-07-31;13019>

**FIM DO DOCUMENTO**